

Marco Maciel

POLÍTICA

& ÉTICA 1993

MARCO MACIEL

POLÍTICA E ÉTICA

Discurso de posse na Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas e saudação do Acadêmico Arthur Machado Paupério

1993

SUMÁRIO

	Pág.
Política e ética (Marco Maciel)	5
Marco Maciel, um marco do Nordeste (Arthur Machado Paupério)	15
Nota sobre a Academia	23
Membros da Academia.....	25

Política e ética

Creiam jamais haver imaginado a honra de compor esta conceituada Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, lucidamente presidida pelo ilustre e devotado Professor Arthur Machado Paupério, vida dedicada ao magistério e ao enriquecimento cultural do País.

Desejo, logo, expressar meus agradecimentos a todos os membros deste colegiado pela oportunidade a mim oferecida de haurir ensinamentos, cambiar experiência e de concorrer em comunhão acadêmica, imerso nas reflexões que esta Casa promove, para o progresso do rico e largo, conquanto paradoxalmente adusto, território das chamadas ciências sociais.

Confesso, ao assumir tão desvanecedores misteres, aliar-se à alegria e satisfação que a modéstia não consegue sopitar, a grave consciência das responsabilidades de assentar-me na cadeira do Professor Nilo de Oliveira Pereira, intelectual e político, homem de ação e pensamento. Um humanista, enfim, vez que, parafraseando Terêncio, nada do que é humano lhe era alheio.

Quando, em 1981, no exercício do cargo de Governador do meu Estado, sugeri ao Mestre Nilo Pereira escrevesse o seu monumental "*Pernambucanidade*", nunca poderia pensar que, um dia, viesse a ser o seu sucessor nesta venerável instituição, o que me leva a dizer, como Nietzsche: "**Destino, sigo-te! E mesmo que não o quisesse, deveria fazê-lo, ainda que gemendo!**"

Perfil de um Mestre

É, pois, compenetrado desses deveres – devo revelar – que ousou ocupar a cadeira 44 que pertenceu a Nilo Pereira, homem plural, um norteio-grandense que, por mais de meio século, engrandeceu, como poucos o têm feito, a cátedra, o jornalismo e as letras.

Ensaísta, historiador, romancista, poeta, ativista católico da linha de Maritain e Jackson de Figueiredo e professor universitário, a todas essas atividades de Nilo Pereira ainda poderia acrescentar a de político, embora

sem "vocação específica" para o ofício, segundo ele próprio confessou em várias oportunidades.

Mesmo assim, o que patenteia a sua irresistível vocação de fazer e de servir – dois grandes atributos do verdadeiro político –, exerceu, diversas vezes, e com exemplar dignidade, funções de Secretário de Estado e mandatos de Deputado Estadual junto à casa de Joaquim Nabuco, notabilizando-se como líder do governo e da maioria.

Se passos não deu na política nacional, tal deve ser creditado, provavelmente, ao profundo, ao imenso amor que nutria pela província que, a partir de 1931, quando ali chegou, vindo do Rio, para matricular-se no terceiro ano da Faculdade de Direito do Recife, começou a adotar como sua.

Para ele, ausentar-se do Recife, capital e seiva de Pernambuco, equivalia a um indesejado pedido de passaporte ou mesmo uma condenação ao degredo.

Mestre de vários saberes, dentre os seus numerosos livros e trabalhos publicados, poderiam ser citados: "*A Faculdade de Direito do Recife – Ensaio Biográfico*" – em que, de certa forma, continua a obra clássica de Clóvis Bevilacqua sobre o mesmo tema; "*O Bispo e o General*", de parceria com o também acadêmico, jornalista e polemista Andrade Lima Filho, a respeito da controvertida proibição do Bispo Dom Cardoso Ayres de permitir o sepultamento, em cemitério católico, do General Abreu e Lima, companheiro de armas de Bolívar e filho do célebre Padre Roma, herói e mártir da Revolução de 1817; "*O Seminário de Olinda e a Independência*", em que dissecou, com os cuidados de anatomista, a importância do velho convento do Alto da Sé – a pré-universidade brasileira, na afirmação de Oliveira Lima – na deflagração dos movimentos pela independência do Brasil na área nordestina; "*Ensaio de História Regional*", "*Renan e Nabuco*" e tantos outros a merecer, por sua crescente atualidade e pelo seu valor histórico e literário, novas edições ou, de preferência, publicação sob a forma de obras completas, enfeixando toda a sua densa contribuição intelectual.

Intensiva foi a sua atividade, e isso levou o Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando Freyre, a respeito dele dizer:

"Homem-Rio, desde o fluir incessante de sua obra literária, até o percurso biográfico, existencial e paisagístico.

O Potengi do berço no Ceará-Mirim, o Nilo do batismo, o Capibaribe de sua pernambucanidade."

Católico, conduta vincada no sólido respeito aos princípios da cidadania, deixou muitos adeptos de suas idéias e uma plethora de admiradores.

Soube viver e conviver. É seu esse depoimento de sua época:

"Costumo dizer que sou de uma geração feliz, a geração que soube respeitar os pais, os professores, os mais velhos. A geração temente a Deus. Cheia de amor pelas coisas belas. Animada por alguns ideais que hoje estão à beira da morte."

Ideário Político

Para quem se tem dedicado integralmente à vida pública como vocação missionária, o irmanar-me agora nos trabalhos aqui desenvolvidos, insere-me, mais intensamente, na análise da política como ciência imbricada em outros vastos e ainda não totalmente conhecidos campos da cultura.

Sempre, aliás, entendi que a política pressupõe acentuada provisão de reflexão, mesmo porque ação e pensamento não se opõem, não se subtraem, mas devem adicionar-se.

É, também, algo a exigir, ao lado de outros atributos, a capacidade de apreender, em toda a sua extensão, o enigma humano e compreender a complexa trama da vida societária.

Tudo isso requer avaliar antes de agir, não se precipitar; observar com antecipação a realidade e atuar quando as circunstâncias impuserem sobre suas causas, segundo a lógica de seus mecanismos nem sempre claros e mensuráveis; pesquisar a índole do povo e investigar o querer coletivo; ver com as retinas intermediárias da história e saber colocar a emoção a serviço de uma causa a pugnar; recolher dos fatos aparentemente menores a sua perspectiva de universalidade e nunca deixar de ter presente que o Estado é apenas um instrumento a serviço da Nação na busca do bem comum.

Daí por que à atividade política deve preceder a reflexão, vez que o mundo não prescinde de um suplemento de alma, carece sempre, como diria Bergson, de contemplação. Política deve ser, pois, um permanente exercício dialógico entre idéia e realidade, pensamento e ação.

Impõe-se cuidar sempre de associar a necessária provisão de racionalidade ao agir, com flama e paixão, na busca de promover a felicidade coletiva e o bem-estar do povo.

Explica-se assim o fato de Aristóteles ter elevado a política à mais alta das ciências, alertando que **"o bem é o fim e objeto de todas as ciências e artes, sendo que o bem maior, no seu grau supremo, se encontra na ciência superior a todas, que é a política, cujo bem reside na justiça ou, em outras palavras, no interesse geral"**.

Aliás, na mesma direção, é a palavra do Papa Pio XI ao considerar a política a atividade mais nobre do ser humano, depois da religião.

Esta Casa, na qual passo agora a conviver, é, a um só tempo, de **Ciências Morais e Políticas**.

Lembra, pois, com indiscutível pertinência, quão próximas são as relações entre política e moral (ética), que se não podem despartir no plano da conduta humana, sobretudo cívica, e suscita, com instigante oportunidade, a sempre atual questão relativa ao comportamento que deve presidir as ações daqueles investidos no exercício de funções públicas.

É tema, aliás, a pervadir todo o evoluir do cidadão ao longo da história.

O tema da vinculação da ética com a política, embora guarde permanentemente atualidade, trata-se, creio, de assunto já resolvido há pelo menos cinco séculos, desde que Maquiavel, com seu opúsculo "*O Príncipe*", distinguiu a ética da convicção (relativa à moral) da ética da responsabilidade (relativa à política). O florentino estabeleceu, em campos éticos distintos, os critérios de procedimento individual e os critérios de procedimento político que, da mesma maneira, se desenvolvem, também, em diferentes sociedades.

Esses conceitos foram posteriormente desenvolvidos por Max Weber, em notáveis conferências intituladas "Ciência e Política – Duas Vocações". A ele cabe a afirmação de que: **"Toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, à ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção – diríamos, em linguagem religiosa, "O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus" – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: "Devemos responder pelas previsíveis conseqüências de nossos atos".**

Conclui Max Weber que **"a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se complementam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à "vocação política".**

Ética e Poder

A atualidade do tema adquire, na semântica dos novos tempos, novo significado desde o momento em que os anos 90 caracterizam-se, em todo o universo, por um crescente déficit de credibilidade das instituições e dos titulares do poder político e de organizações intermediárias. E, mais uma vez, é na terra do fundador da política moderna e pai do denominado "realismo político", a Itália, que a crise assume contorno e expressão contundentes, à medida em que magistrados, atuando exclusivamente com os poderes da lei, começam a revelar a seus cidadãos a terrível extensão do conluio entre liderança política e chefetes da criminalidade organizada.

São as instituições não contaminadas pelo espúrio jogo de conveniências pessoais que, em nome de toda a sociedade, exigem, como na vida privada e individual, respeito às normas éticas que se espera do cidadão para conviver de forma socialmente útil. O que ocorre na Itália parece ter perpassado fronteiras nacionais, atravessado continentes, com inevitáveis e eruptivos resultados eleitorais. No Japão – vale exemplificar – acaba de divulgar-se pesquisa na qual os cidadãos, mesmo antes da revelação dos escândalos da associação Yakusa – a máfia japonesa –, com alguns setores políticos, terminam aceitando como legítimo o recurso à violência pela inação e lentidão dos mecanismos na apuração judiciária.

Todos esses fatos mostram mais vitalidade do que fraqueza das instituições políticas e das entidades sociais, e fazem crescer – dado extremamente relevante e positivo – a nossa confiança na democracia, inclusive nas virtudes da apuração de forma transparente e aberta dos atentados à *res publica*. Com efeito, o peso da lei e a reprovação moral terminam gerando conseqüências cujo resultado final é o fortalecimento da sociedade civil, a consolidação do processo democrático e o aprimoramento das instituições públicas.

A sociedade brasileira, amadurecida com tantos e tão sucessivos reveses, desencantada pela persistência da crise econômica, e, de alguma forma, perplexa pela atonia dos poderes públicos ante o agravamento dos desafiantes problemas do País, está apta para repelir, com a mesma indignação de outros povos, a sistemática violação dos preceitos éticos da política. A grande diferença entre a **ética individual e social** (ética da moral) e a **ética coletiva da política** (expressão weberiana chamada **ética da responsabilidade**) não reside na circunstância de que, aquilo que é proibido ou condenável na esfera privada, seja permitido ou tolerável na esfera pública. Muito pelo contrário! Nem tudo que é tolerado ou aceito na esfera individual é lícito, legítimo ou ético na vida política. Ou melhor: nada do que é vedado na esfera individual, no mundo econômico ou no comportamento social, é permitido na atividade político-partidária. É fácil compreender por que. A regra absoluta e inamovível da ética coletiva (ou ética da política) é o interesse coletivo, e não o individual.

Não foi por outra razão que Tristão de Athayde, – o **santo**, assim ouso chamar Alceu Amoroso Lima – definiu a política como "ciência, arte e virtude do bem-comum". Esse conceito é tanto mais atual em face dos tempos em que vivemos, marcados por enormes vicissitudes que agravam a situação nacional e estigmatizam nosso povo. Por isso, repita-se, por oportuno, o conselho de Gilberto Amado contido no seu discurso "Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil": **"A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem-intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo – no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improficuas – as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir,**

como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem”.

O cidadão – perdoem a insistência –, que legítima e legalmente persegue o lucro na atividade privada de sua empresa, não pode eticamente buscar o mesmo objetivo, por exemplo, através do exercício do poder público, cuja regra absoluta é a prevalência – ou exclusividade até – do interesse coletivo, jamais a do privado, por aceito e tolerado que possa ser. Quem quer que pretenda fazer prevalecer o seu interesse individual sobre o interesse coletivo, deve renunciar à vida pública. Isto é válido tanto para os que estão investidos de autoridade pública quanto para as instituições públicas, sejam elas corporações econômicas ou sindicatos, partidos ou instituições assemelhadas.

O papel da Igreja

É isto que as sociedades contemporâneas estão exigindo de seus líderes, valendo-se do poder do voto para expelir, inexoravelmente, todos aqueles que, por qualquer motivo, não foram capazes de entender que a legitimidade do poder não se obtém só pela sua investidura através das urnas, mas – também e igualmente – pelo seu desempenho. A legitimidade do poder torna-se impossível a partir do momento em que se confunde a ética do comportamento individual com os inflexíveis padrões éticos do interesse coletivo, sem a observância dos quais a política ou não existe ou não sobrevive.

Foi, talvez, pelas mesmas razões que recente pronunciamento da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, emitido após a reunião de Itaici, advertiu: **“A vida política deve reencontrar sua dignidade na edificação da cidade humana, onde todos têm oportunidade de realização pessoal e de comunhão solidária. Recupera-se o espírito público adotando estruturas e instituições adequadas, o que exige decisões políticas conseqüentes. Um primeiro passo se impõe: a correlata relação entre o que é público e o que é particular”.** E conclui acrescentando: **“Na tarefa de buscar novos caminhos para a ética não basta apontar os sintomas da crise, mostrando-lhes as causas. Nem mesmo é suficiente atacar seus efeitos maléficos na sociedade e nas consciências. Faz-se necessário o esforço de todos para a formação da consciência ética. A Igreja sabe que esta tarefa cabe não somente a ela, mas a toda a sociedade da qual ela faz parte. Seria impossível levá-la adiante sem diálogo amplo e compartilhado”.**

Por outro lado, é oportuno ouvir a lição que Norberto Bobbio, com a incontestada autoridade não só de uma longa dedicação às ciências sociais, como também decorrente de sua recente militância política, nos transmite em seus *“Três ensaios sobre a democracia”*:

"A diferença entre o julgamento político e o histórico consiste precisamente no fato de que este último pode contemplar um intervalo de tempo mais longo, e portanto pode avaliar os resultados no longo prazo – por vezes no longuíssimo prazo.

Uma ética preocupada com resultados não pode deixar de levar em consideração a máxima *respice finem* (veja para onde vai).

Assim, as dificuldades enfrentadas pelo político são maiores do que as do historiador, porque este se limita a considerar os resultados ocorridos – que podem ser avaliados com alguma precisão –, enquanto o político precisa considerar também resultados futuros, incertos e de difícil previsão."

É certo que seria inaceitável atribuir-se a crise brasileira apenas à questão ética ou, mais equivocado ainda, atribuí-la exclusivamente aos políticos, a cuja classe, se assim posso chamar, pertença.

De toda a sorte, preocupa-nos o fato de os indicadores visíveis da sociedade brasileira exibirem, a se depreender das pesquisas de opinião pública, um crescente descrédito dos políticos. Extrai-se, como corolário, um agudo questionamento sobre a habilitação dos políticos em oferecer tratamento correto para os graves problemas que constituem o drama nacional brasileiro: o aumento da pobreza, o agravamento das distâncias sociais, a falta de oportunidades para os jovens – seja pelas dificuldades de acesso à educação, seja pela inexistência de oferta de trabalho.

O fato, em si, não é um risco iminente para as instituições, já que esse desencanto se vem manifestando há algum tempo. A crise, no Brasil, aliás, parece ser um mal crônico! O risco que existe é que essa descrença dos políticos se transforme também num desencanto com a política. Vale dizer que o descrédito migre dos políticos para a política, conduzindo-nos a uma atitude de pessimismo com relação à solução dos problemas do País.

A visão das mudanças

Tal nos leva a concluir que no Brasil pós-plebiscito que vivemos, convém logo, antes mesmo de iniciarmos a revisão constitucional prevista para outubro próximo, que se faça – logo e logo – a reclamada reforma política. Antes, pois, de renovarmos as instituições do Estado, de modernizarmos os instrumentos de controle social do poder, temos que aprimorar as bases do sistema representativo. Urge, assim, promover já a chamada reforma do sistema político, representada pelos subsistemas partidário e eleitoral, basilares do processo democrático.

Constitui visão equivocada pensar que esgotamos, embora esteja sendo longo o processo de transição, a agenda brasileira no campo político-institucional. A nossa crise, conquanto aguda sob o ponto de vista social e econômico, tem inegavelmente uma profunda raiz política.

O Brasil, insista-se, não está pendente apenas de reformas sócio-econômicas. Depende, mormente, de reformas institucionais. Uma parte delas, é certo, pressupõe alterar o texto constitucional. A outra, não! Só de iniciativas que a legislatura ordinária tem poderes para reformar. Delas, anote-se, dependem as eleições. E das eleições depende a representação, o que é extremamente importante!

O que se deve decidir, nos cinco meses que nos separam do início da reforma constitucional, é o próprio fecho do processo de transição da democratização que estamos atravessando a duras penas e com um custo social e econômico incalculável.

Passado o plebiscito – exemplo de exercício da democracia participativa –, necessitamos, insista-se, fazer a reforma política e logo após ajustar a Constituição às exigências de uma nação que deseja criar condições de progresso acelerado neste limiar de novo milênio. São tarefas que precisam ser efetivadas até abril do próximo ano, pois em 1994 seremos chamados a realizar eleições praticamente gerais, de Presidente da República a Deputados Estaduais, experiência sem precedentes, uma vez que algo semelhante somente ocorreu nos idos de 1945, com o fim do Estado Novo.

Se cumprirmos esse itinerário, ensejaremos condições para refundar a República, conquista de lutas imemorais, de que o 15 de novembro de 1889 é o seu coroamento, muito mais, portanto, do que um mero movimento de rebeldia e inconformismo, vez que como proclamou Montequieu, com propriedade, no seu **Espírito das Leis**: **"A virtude, numa república, é algo muito simples: é o amor pela república, é um sentimento e não uma série de conhecimentos; tanto o último dos homens do Estado quanto o primeiro pode possuir esse sentimento"**.

A cidadania republicana representa o direito de participar da vida política e social, de desfrutar os benefícios coletivos e de decidir o destino comum. Estes, contudo, são ideais dos quais ainda estamos distantes, enquanto não alcançarmos a plenitude de nossa capacidade de realização como povo, como Nação, como Estado soberano que somos, e como sociedade sem discrepâncias, sem diferenças e sem dualismos que haveremos de ser para que a cidadania e a República não se constituam, como até agora, em conceitos retóricos, ainda não logrados neste fim de século.

Reformar a sociedade, construir o futuro e aprimorar a vida pública para colocá-la a serviço de todos os cidadãos não é nem pode ser tarefa de um partido, de um grupo, por mais legítimos que sejam seus interesses. Esta é tarefa de toda uma nação!

É evidente que uma república renovada em seus fundamentos impõe necessariamente uma nova federação em que as diferentes esferas de poder não se contraponham, não se enfrentem, nem sejam objeto de conflitos incabíveis. Uma nova federação implica um processo contínuo e permanente de transferência de poderes e prerrogativas que devem estar cada vez mais próximos do cidadão, para que cada um tenha o direito de

reclamar seus direitos e de ver atendidas suas aspirações, sem que tenha que empenhar mais que sua cidadania. Não reclamamos mais poder para o Estado, mas ao contrário, um melhor Estado, condição essencial para que haja mais cidadania.

Uma federação renovada em suas bases é incompatível com as diferenças regionais que se agravam e se acentuam à medida que uns progredem à custa da perda da qualidade de vida de seus compatriotas.

Uma nova república e uma nova federação pressupõem de igual forma um novo presidencialismo.

O novo presidencialismo com o qual nos comprometamos é, sobretudo, aquele em que os poderes, dotados de iguais e equivalentes prerrogativas especificadas na Constituição, se controlam entre si, previnem os excessos, reprimem os abusos e se submetem, sem restrições, às decisões do único poder verdadeiramente soberano que é o poder do povo, representado pelo universo de todos os cidadãos.

As mudanças que pregamos, as transformações que defendemos e as conquistas que aspiramos são o desejo e a esperança de todos os brasileiros. E isso é possível através de reformas consensuais, compartilhadas, negociadas e pactuadas, mais duradouras do que a força ou a violência. Elas devem ser o resultado de nosso amadurecimento, de nossa renúncia e de nossa resposta à demonstração de civismo e de sabedoria que acaba de oferecer o povo brasileiro no último dia 21 de abril.

Desejo, ao concluir, renovar minha convicção de que há, entre ciência e ética, raízes comuns. Se, nem sempre as vemos, é porque muitas vezes elas se encontram ocultas, imersas no vasto terreno que constitui a complexa tessitura humana. Descobrir pontos de enlace, vinculações próximas, canais que se comunicam, é certamente objetivo que justifica a vida desta Instituição, voltada para perscrutar e explicitar os liames entre ciência e consciência, técnica e ética. A transcendência desse exercício se auto-explica, pois é ofício impregnado de um cálido humanismo, capaz, portanto, de propiciar a edificação de uma sociedade que busca construir seu destino de nação desenvolvida e justa, livre e pacífica.

Esta Casa é também ponto de encontro a unir saberes e misteres distintos, tendências e opiniões diferentes, generosa e idealisticamente voltada para a cristalização de nossos valores e símbolos.

Sou, pois, muito grato aos ilustres membros desta Academia por me abrirem as portas para poder também contribuir na realização desses objetivos.

Marco Maciel, um marco do Nordeste

A. Machado Paupério

Engalana-se a ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS MORAIS E POLÍTICAS para receber o mais recente Acadêmico eleito por seus próprios quadros no exercício anterior. Trata-se do eminente homem público que é o Senador pernambucano Marco Maciel, filho de outro eminente político do Nordeste que foi o Dr. José do Rego Maciel, ex-Prefeito do Recife, Deputado Federal, Presidente de Partido e Secretário de Estado, e portador de uma vida pública sem mácula.

Marco Maciel tinha, por sua própria herança paterna, que vocacionar-se para a política com **P** grande, que é a admirável arte do bem-comum. Felizes os que são chamados para tal mister. Depois dos que se vocacionam para as coisas de Deus, não conheço vocação mais alta e mais digna. Felizes os que podem dedicar-se ao bem comum nacional, preparando, pelos caminhos temporais, o acesso ao próprio bem espiritual dos povos.

Eleito duas vezes Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPe e da União dos Estudantes de Pernambuco, diplomou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1963, inscreveu-se na OAB e exerceu a profissão no Fórum do Recife, procurando aperfeiçoar-se em Harvard e exercer o magistério na Universidade Católica de Pernambuco como titular da cadeira de Direito Internacional Público.

Deputado Federal em duas legislaturas, com a mais significativa votação no seu partido, depois de ter sido Deputado Estadual e Líder da Maioria na Assembléia Legislativa do Estado bem como Secretário de Estado e depois Secretário Nacional da Arena, atingiu, ainda bem moço, o alto cargo de Governador do Estado de Pernambuco, que exerceu de 1979 a 1982 e que ilustrou com sua inteligência e impertérrita vontade. Antes, exercera a Presidência da Câmara dos Deputados, de 1977 a 1979, com significativa atuação, ocupando, antes ainda, de 1975 a 1977, a Presidência da Fundação Milton Campos, destinada à Pesquisa e Estudos Políticos. Tais funções, que marcam a sua atividade múltipla, denotam, sem dúvida, as suas incursões na cultura, a que um bom político não pode evidentemente fugir. Se a Política é um ofício da mais alta dignidade, um

verdadeiro sacerdócio para quem a encara como um *múnus*, é também nos tempos atuais mister dos mais exigentes, em face do teor altamente técnico que abrange seus variados problemas.

Mais perto de nós, terminado o governo do Estado de Pernambuco, Marco Maciel foi eleito em 15-11-82 pelo PDS Senador da República, alcançando-se a Ministro da Educação em 15-3-85, a Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 14-3-86 e a Presidente Nacional do PFL em 13-5-87. Reeleito Senador em 3-10-90, alçou-se a Membro do Conselho da República, na qualidade de Líder da Minoria no Senado Federal.

Entre seus trabalhos publicados, mais de 23, sobre assuntos políticos e o desenvolvimento do Nordeste, contam-se muitos, a partir de 1969, distinguindo-se, por sua feição filosófico-política, *Vocação e Compromisso*, de 1982; *Liberalismo e Justiça Social*, de 1987; *Educação e Liberalismo*, de 1987; e *Idéias Liberais e Realidade Brasileira*, de 1989.

Entre suas condecorações, contam-se muitas, nacionais, no grau de grã-cruz e diversas estrangeiras, inclusive no grau de grã-cruz, para não falar nas estaduais e municipais, em grande número.

Filho de político, diz Marco Maciel, "acostumei-me a ver a política como atividade missionária. E, no seu exemplo, aprendi a identificá-la com uma síntese de desprendimento e coragem, conhecimento e ação, de ousadia e prudência, de inteligência, discernimento e de responsabilidade" (*Vocação e Compromisso*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1982, pág. 14). Nesta síntese admirável, que marca os contornos da sua política, em contraste com a politicagem, duas idéias matrizes se elevam de suas expressões. A primeira envolve a idéia de que a Política requer conhecimento e ação porque, evidentemente, ação sem conhecimento degenera em mera agitação. Não é senão por isso que Marco Maciel procurou sempre aprimorar a sua própria cultura política, intuitiva por vocação. A segunda decorre do discernimento, da prudência e da responsabilidade, que desaguam fatalmente no amplo espectro moral que a Política, por si só, enfeixa, como ciência humana ímpar, de fundo visivelmente axiológico, como o Direito e a Economia, por exemplo. Por essa duplicidade de idéias é que esta Casa de Ciências Morais e Políticas, não podia deixar de acolher o político pernambucano que é Marco Maciel. O que é fundamental em política, para ele, é no fundo "aquela opção ética segundo a qual os atos humanos são polarizados por uma constelação de valores sem os quais a vida não vale a pena ser vivida" (ob. cit., pág. 86).

Ex-Líder do Governo no Senado, Marco Maciel é um liberal, ou melhor, um neoliberal, pois já vai longe o tempo em que, como ele mesmo diz "o Estado era mero mantenedor da ordem e distribuidor de justiça, impassível ante os agudos problemas sociais" (ob. cit., pág. 16). O tempo do liberalismo selvagem, do *laissez faire, laissez passer*, já não tem hoje adeptos entre os próprios liberais.

Democrata convicto, Marco Maciel apresenta-se sempre munido de idéias, ao contrário de tantos políticos brasileiros, que vêm para a arena

órfãos de qualquer pensamento. Por isso, crê no diálogo e na participação (ob. cit., pág. 22), aderindo às modernas tendências da democracia participativa, de que se tornou campeão na bibliografia latina Pier Luigi Zarpetti, autor, dentre outros livros, de *Dallo Stato liberale allo Stato de partiti, la rappresentanza politica*, aparecido em Milão em 1965.

Mas, para Marco Maciel "não basta que as pessoas sejam apenas mais livres, é preciso que desfrutem, também, de uma melhor condição de vida" (*Liberalismo e Justiça Social*, Brasília, Senado Federal, 1987, pág. 14). O neoliberalismo que ele advoga "não apenas defende a crescente ampliação dos direitos da cidadania, mas também valoriza o ideal da igualdade, como intrinsecamente vinculado à própria liberdade" (ob. cit., pág. 19).

Leitor das obras do Padre Leuret e de Jacques Lambert, tem plena consciência de que "os benefícios e serviços usufruídos por uma pequena parcela de pessoas e de organizações poderosas contrastam com a imensa massa de pobres e de organizações frágeis" e de que, em nosso País, se vão formando, pela disparidade de situações, a verdadeira configuração de, praticamente, "dois Brasis". Por isso, o projeto liberal de desenvolvimento não pode excluir "a adoção de providências de caráter redistributivo", sendo "linhas programáticas do liberalismo, nesse sentido, o direito à habitação, à educação, à saúde, ao emprego, à previdência social, além de ações visando a uma maior participação dos trabalhadores na propriedade, ao fortalecimento da empresa privada – especialmente as pequenas e médias –, à defesa da indústria nacional, ao estímulo a uma agricultura capaz de atender às nossas necessidades – principalmente as relacionadas com a alimentação popular –, à subordinação do uso do solo urbano ao interesse coletivo e a uma reforma agrária abrangente e imediata". Isso, sem falar num "controle permanente da inflação que conspira contra qualquer perspectiva de expansão da riqueza coletiva" (ob. cit., pág. 41).

Relembrando o art. 4^o da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembléia Constituinte francesa de 1789, Marco Maciel enfatiza que "o exercício dos direitos de cada cidadão não conhece outros limites senão os que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos" (ob. cit., págs. 54/55). Ademais, em virtude de os Estados não terem sido capazes de atender às constantes mudanças do meio social e econômico, a crise conjuntural tornou-se permanente, demandando de nós "ouvir permanentemente as manifestações da opinião pública a cada ano, a cada mês e a cada dia" (ob. cit., pág.95).

Discutindo a renda e o patrimônio, Marco Maciel não se cinge a medidas homeopáticas, lembrando que "uma sociedade que se quer democrática, produtiva e socialmente justa há que distinguir entre a renda que é gerada de forma produtiva daquela proveniente da exploração de um patrimônio cuja acumulação não resultou do trabalho do contribuinte". Nesse particular, Marco Maciel inova exemplarmente, propondo "a

ampliação substancial da taxaço sobre o patrimônio dos indivíduos, sobre as doações e sobre as sucessões" (ob. cit., pág. 110).

Num século, sobretudo, de permanência inflacionária constante, em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, só a taxaço sobre o patrimônio pode obviar a alta concentração de renda de nossa economia. Aliás, costumamos dizer que, para conseguir mais rapidamente a desconcentração da renda nacional, bastaria uma medida corajosa: taxaço progressiva dos impostos de renda, de transmissão "inter-vivos" e de transmissão "causa-mortis", embora saibamos que, para tal, dificilmente contaremos com a boa vontade da maioria burguesa do Legislativo.

Hoje, o papel do Estado é cada vez mais fundamental no campo econômico e no campo social. Se isso reconhecemos, dentro do ideal democrático e liberal, de iguais oportunidades para todos, não podemos deixar de a ele atribuir, como diz Marco Maciel, "o suprimento de garantias mínimas em matéria de educação, de previdência, de saúde, de oportunidades de trabalho e de promoção cultural" (*Idéias liberais e realidade brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1989, pág., 11).

Isso, evidentemente, tanto se pode conseguir dentro do presidencialismo quanto do parlamentarismo, não vindo à colação o fato de o grande Senador pernambucano ter estudado muito o regime de gabinete, mas não ter sido, como diz, "tocado pela graça da conversão" e continuado a ser atualmente, "como era ontem, um presidencialista moderado" (ob. cit., pág. 48). O presidencialismo que ele advoga não é apenas um governo congressional, como o dos Estados Unidos da América, mais fraco pelo aumento das prerrogativas do Legislativo, mas também um governo judicial, pelo aumento dos poderes do Judiciário (ob. cit., pág. 72). O que prega, afinal, o novo Acadêmico é, em última análise, a *equipotência*, como ele chama, dos vários poderes, ou seja, a equivalência dos vários poderes em faculdades e prerrogativas e não apenas a sua independência e harmonia, com a visível supremacia do Executivo. Trata-se, portanto, de um presidencialismo mitigado, de um presidencialismo parlamentarizado, capaz, portanto, de obviar certas dificuldades do presidencialismo sul-americano.

Tais idéias, no fundo, afloram novamente, de um jeito ou de outro, em sua recente plaquete – *Presidencialismo. Por que mudar?* – escrita especialmente para a campanha plebiscitária, que culminou com a manutenção do atual sistema.

Mas, encerrada a digressão, voltemos à filosofia liberal, que é por assim dizer, o cerne do pensamento de Marco Maciel, que vamos analisando, com suma felicidade, por coincidir com as idéias que vimos de fendendo sobretudo ultimamente, em nossas elucubrações doutrinárias.

Relembrando a dicotomia do corifeu por excelência da escola clássica, John Stuart Mill, quanto aos dois domínios essenciais da atividade econômica, a produção e a distribuição, continua afirmando Marco Maciel, como os neoliberais, a ampla concorrência livre para o primeiro domínio,

embora chegue a aconselhar, para o segundo, "como mal menor", para "alcançar bens maiores", uma ampla intervenção do Estado, inaceitável pelo capitalismo". Assim, o neoliberalismo passa a defender não só a crescente ampliação dos direitos da cidadania como o ideal da igualdade, intrinsecamente ligado à própria liberdade (ob. cit., págs. 85 e 95).

Em síntese repetida várias vezes, não deixa Marco Maciel dúvida quanto às aspirações fundamentais do liberalismo contemporâneo: "Assegurar as liberdades públicas e civis, uma aspiração de toda a sociedade democrática, e garantir a todos igualdade de oportunidades, um dos pressupostos de toda a sociedade liberal" (ob. cit., pág. 163).

Lamentando a situação de nosso País, que é a sexta população do mundo e a nona economia mundial, não esconde a colocação, quanto à renda interna dos brasileiros, no 47º lugar entre as nações. E, com isso, reconhece que "o poder do Estado tem sido utilizado com inusitada frequência para, com o monopólio, beneficiar grupos e favorecer capitais, aumentando, de forma gradativa e acentuada, o patrimonialismo no emprego dos recursos públicos em favor de minorias privilegiadas" (ob. cit., pág. 171). Isso "divide os brasileiros em tributários de todos os deveres, de um lado, e os usufrutuários de todos os direitos, de outro" (ob. cit., pág. 171), sendo "relativamente poucos os que possuem e muitos os que não possuem quase nada" (ob. cit., pág. 172).

Em vista disso, nosso desenvolvimento tem que ter um processo, como ele próprio reconhece, que se caracteriza pela disparidade e pelo contraste. "Uma sociedade educada tende a ser uma sociedade igualitária. Igualitária, não no sentido de serem todos idênticos, mas no de terem todos as mesmas oportunidades" (*Educação e Liberalismo*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987, pág. 17). Por isso, temos que marchar para ser uma sociedade educada, marcada e trabalhada pela educação, sem a qual de maneira nenhuma sairemos do subdesenvolvimento. Não é à toa que a preocupação central de Marco Maciel reside em grande escala na educação, único elemento na verdade desenvolvimentista e civilizadora. Não foi por isso à toa também que o saudoso Tancredo Neves já o havia vislumbrado como o seu indiscutível Ministro da Educação, que, logo empossado, executou a emenda do eminente Senador João Calmon para, após uma expectativa de 15 anos, fazer com que 13% dos recursos federais fossem compulsoriamente aplicados na educação.

Estadista, o nosso Acadêmico conhece em demasia a realidade brasileira. "Contamos, hoje – diz –, com oito milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Mas os problemas que afetam nossa escola básica não dizem respeito apenas ao aspecto quantitativo" (ob. cit., pág. 27). Os problemas dizem também respeito aos aspectos qualitativos do ensino, como não é possível desconhecer. No que respeita à universidade, por exemplo, a reforma de 1968 contribuiu largamente para a queda do ensino. "Eliminando-se a exigência do desempenho mínimo (nota quatro por matéria e média geral igual a cinco) no vestibular, permitiu-se que o in-

gresso na universidade passasse a ser feito em função da avaliação relativa de cada grupo de vestibulandos, gerando a figura do universitário que ingressa no ensino de nível superior com qualquer desempenho desde que tenha alcançado número de pontos diferente de zero!" (ob. cit., pág. 31). Outrossim, "não adianta estancarmos a evasão escolar no segundo grau, se continuarmos a ter índices de evasão e repetência no primeiro, insuporáveis pelo País" (ob. cit., pág. 32).

A igualdade de oportunidades para todos é o princípio por excelência da democracia moderna. Por isso, proclama Marco Maciel: "Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a educação, além de pluralista, deve assegurar a igualdade de oportunidades para todos. A igualdade de oportunidade será efetiva quando todos tiverem o direito de acesso ao ensino de boa qualidade, independentemente de sua posição social, de sua condição econômica ou de seu *status* político". E, "para isso – continua –, urge assegurar, desde já, o advento de uma educação global e permanente, que não cesse com a simples alfabetização, nem se esgote com alguns anos de precária ou deficiente escolaridade" (ob. cit., págs. 104/105). Pela magnitude de sua dimensão, aliás, a educação, na perspectiva de seu entendimento, deve ser não só um dever do Estado como de toda a própria sociedade.

Tendo em vista as condições peculiares de nosso País, o ensino técnico ganhou relevância ímpar entre nós, especialmente a partir da Reforma Capanema, quando foram instituídas no então Ministério da Educação e Saúde as diretorias do Ensino Industrial e do Ensino Comercial, atendendo aos reclamos do nosso crescimento econômico. Concomitantemente, como faz notar Maciel, surgiu a contribuição do empresariado nacional, instituindo o SENAI e o SENAC, responsáveis pela formação técnico-profissional de milhares de jovens que labutam na indústria e no comércio. Pela Lei nº 7.044, entretanto, tivemos a revogação da obrigatoriedade de profissionalização do segundo grau, que gerou um relativo abandono do ensino de nível técnico. Este, porém, como enfatiza, não podemos deixar de aprimorar (ob. cit., págs. 114/115).

Décimo sexto país da América Latina em recursos alocados em favor da educação, segundo estatísticas da UNESCO, muito teremos que fazer para cobrir-lhe o déficit, inclusive da educação especial ao excepcional, estimado hoje em mais de quinze milhões de brasileiros (ob. cit., pág. 155).

Cuidando do nosso ensino superior, inclusive do nosso ensino jurídico, em face das demandas sociais e econômicas do povo, Marco Maciel, sentindo as exigências que as transformações hodiernas estão impondo à realidade jurídica do País, tem a invulgar coragem de redobradamente invocar "o testemunho imperecível de San Tiago Dantas, lembrando a visão profética de suas palavras, proferidas exatamente em 1945, em instante semelhante a este que vivemos":

"Creio que a cultura jurídica" – ensinava San Tiago –, "renovada ao contato do mundo moderno, pode inspirar e realizar uma transformação do Direito, em cujos quadros se atinja e se discipline a mais completa reforma da sociedade.

Desde logo cumpre reconhecer que o sentido geral da reforma a que a sociedade moderna aspira" – aqui enfatizadas as palavras do insigne professor –, "*é uma mudança de base da ordem jurídica: o deslocamento do centro de equilíbrio social da propriedade para o trabalho*" (ob. cit., pág. 192).

De fato, só o trabalho produz, como dizia Proudhon. Só ele, por isso, tem valor e direito à retribuição por excelência. A propriedade e o capital, portanto, como causas instrumentais da riqueza, têm, no máximo, direito apenas a uma remuneração secundária.

Enquanto, por toda a parte, o meio social exige um novo direito, este mantém-se estratificado, sem acompanhar sequer as mudanças catastróficas das condições de vida da maioria do povo. A era da burguesia, girando em torno da propriedade, dificilmente, para as elites econômicas, descentraliza-se sequer para a sua relativização e muito menos para uma sociedade centrada no trabalho, a alma nova de toda a riqueza desse fim de século XX e limiar do terceiro milênio.

Não é senão por isso que Marco Maciel chega à conclusão de que a sociedade brasileira obtém muito mais bom êxito "no encaminhamento de soluções para o crescimento econômico do que para a melhor distribuição de seus resultados" (ob. cit., pág. 231), quer sob o ponto de vista pessoal, quer sob o ponto de vista regional.

Para isso, impõe a intervenção estatal. Obviamente, estamos de pleno acordo, tanto nós como Marco Maciel.

Em artigo escrito para ser publicado na revista do Senado Federal, versando sobre "A Filosofia Política do Governo", moldada no pensamento de José Guilherme Merquior, morto prematuramente, mas portador de um acervo de idéias, ditas modernas, de sabor altamente moral, defendemos tal intervenção para alcançar não só a justiça social que almejamos como o próprio bem-comum.

Quando a livre concorrência não se oferece, dissemos, impõe a quebra da liberdade e a própria intervenção do Estado, em busca do social. Isso é tanto mais importante quanto sabemos que muitos defendem ainda a inércia do Estado não só na ausência de qualquer tipo de censura em nossos meios de comunicação de massas como na ausência de qualquer tipo de intervenção estatal no domínio econômico, como se a Economia fosse uma ciência natural e não humana.

O social-liberalismo concebe-se, antes de mais nada, como liberalismo ético. A Política não é maquiavelismo nem ciência amoral. Como o Direito e a Ética, a Política é uma ciência de fundo essencialmente axiológico, como procuramos demonstrar no prólogo de nosso último livro, "*O Estado e a Realidade Nacional*".

Nosso liberalismo não só distingue a procura legítima do lucro do apetite de ganância como o espírito empresarial autêntico da mera pirataria especulativa. Por isso, impõe muitas vezes a intervenção do Estado.

O problema da prudência política está agora em dosar a liberdade e a justiça social, que não devem negar-se uma a outra, quando necessário.

Afinal, à *tese* liberal, opôs-se a *antítese* social, representando o *capitalismo* e o *socialismo*. Dos dois sistemas, surge agora, à guisa da clarividência de Hegel, a *síntese* da liberdade e da justiça, num misto *liberal-social*, mais do que nunca vivo e promissor neste limiar já fecundo do terceiro milênio.

Marco Maciel chega à mesma conclusão, pugnando por um liberalismo social, misto de liberdade e justiça social, centrando toda a sua filosofia na pessoa humana, fim de todas as suas elucubrações de ordem política. Com isso, coloca-se numa posição altamente humanista, que faz a honra do espírito humano.

Nessa perspectiva, a ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS MORAIS E POLÍTICAS ufana-se de recebê-lo como um de seus membros titulares mais eminentes, portador de uma mensagem fecunda que se torna, de certo modo, eterna pelos seus traços permanentes de bom-senso e universalidade.

Nota

A Academia foi idealizada pelo Professor A. Machado Paupério, nos moldes da REAL ACADEMIA DE CIÊNCIAS MORALES Y POLITICAS, com sede em Madrid, e patrocinada imediatamente pelo Dr. Custódio de Azevedo Bouças, seu presidente de honra. Fundada em 14 de novembro de 1985 e instalada solenemente em 14 de julho de 1987, teve sua primeira diretoria eleita assim constituída: Presidente – Professor Arthur Machado Paupério; Vice-Presidente – Monsenhor Emilio Silva de Castro; Secretário-Geral – Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes; Secretário Executivo – Dr. Arthur de Castro Borges; Diretor-Tesoureiro – Dr. Oswaldo de Souza.

Membros da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas

Cadeira nº 1

Prof. Arthur Machado Paupério

Cadeira nº 2

Dr. Custódio de Azevedo Bouças

Cadeira nº 3

Mons. Emílio Silva de Castro

Cadeira nº 4

Min. Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes

Cadeira nº 5

Dr. Arthur de Castro Borges

Cadeira nº 6

Dr. Oswaldo de Souza Valle

Cadeira nº 7

Dr. Aloysio Tavares Picanço

Cadeira nº 8

Prof. Wilson de Lima Bastos

Cadeira nº 9

Prof^a. Edilia Coelho Garcia

Cadeira nº 10

Gen. Adolpho João de Paula Couto

Cadeira nº 11

Des. Antônio de Castro Assumpção

Cadeira nº 12

Prof. Jacy de Assis

Cadeira nº 13

Prof. José Inaldo Alves Alonso

Cadeira nº 14

Prof. Cláudio Souto

Cadeira nº 15

Dr. Ruy Vieira da Cunha

Cadeira nº 16

Prof. Nelson Nogueira Saldanha

Cadeira nº 17

Dr. Delphim Salum de Oliveira

Cadeira nº 18

Dr. Francisco Fiori Neto

Cadeira nº 19

Prof. Célio Goyatá

Cadeira nº 20

Prof. Euro Brandão

Cadeira nº 21

Prof. José Sylvio Barreto de Macedo

Cadeira nº 22

Prof. Ovídio Gouveia da Cunha

Cadeira nº 23

Dr. Luiz Gonzaga Mendes de Barros

Cadeira nº 24

Prof^ª. Rosah Russomano

Cadeira nº 25

Dra. Maria Mathilde Correia Dias

Cadeira nº 26

Prof. José Pedro Galvão de Souza

Cadeira nº 27

Des. Luiz Fernando Whitaker da Cunha

Cadeira nº 28

Des. Osias Nacre Gomes

Cadeira nº 29

Dra. Iris de Carvalho

Cadeira nº 30

Dr. João Mendonça de Souza

Cadeira nº 31

Prof. João de Scantimburgo Filho

Cadeira nº 32

Prof. João Bosco Cavalcanti Lana

Cadeira nº 33

Prof. Francisco de Souza Brasil

Cadeira nº 34

Prof. Oswaldo Albuquerque

Cadeira nº 35

Prof. Ubiratan Borges de Macedo

Cadeira nº 36

Dr. Hélio Lima Mascarenhas

Cadeira nº 37

Prof. Ernesto Queiroz Júnior

Cadeira nº 38

Dr. Clovis Lema Garcia

Cadeira nº 39

Prof. José Adalberto Targino Araújo

Cadeira nº 40

Prof. Luiz Pinto Ferreira

Cadeira nº 41

Dr. Penn de Moraes Gomes

Cadeira nº 42

Prof. Antônio Carlos Palhares Moreira Reis

Cadeira nº 43

Prof. Paulino Jacques

Cadeira nº 44

Sen. Marco Maciel

Cadeira nº 45

Prof. Tarcísio Burity

Cadeira nº 46

Dep. Joacil Pereira

Cadeira nº 47

Prof. Atamir Quadros Mercês

Cadeira nº 48

Dep. Artur da Távola

Cadeira nº 49

Prof. Paulo Bonavides

Cadeira nº 50

Prof. José de Moura Rocha

